

NOTÍCIAS

Abraceel envia proposta ao ministro Eduardo Braga para autorizar 330 mil indústrias a participar do mercado livre de energia

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) entrega, nesta quinta-feira (28/01), uma proposta ao ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga que pede acesso imediato de todas as unidades fabris instaladas no Brasil ao mercado livre de energia. A medida poderia trazer forte estímulo ao setor produtivo, com a redução da taxa inflacionária e impulso ao crescimento econômico.

O pedido da entidade se baseia nas condições de preços extremamente favoráveis no mercado livre de energia para os próximos anos (2016-2020) em função da sobra energética existente no sistema. O documento enviado ao ministro Eduardo Braga traz dois estudos independentes que projetam uma redução de 46% na conta de luz das indústrias que podem negociar diretamente no mercado livre de energia.

A consultoria Dcide projeta, com base nos preços esperados pelas 35 maiores empresas que operam no mercado elétrico, o preço de R\$ 155,51 o megawatt/hora (MWh), ao passo que a tarifa média de energia projetada com base no mix de compra das dez maiores distribuidoras é de R\$ 288,09 o MWh.

Por outro lado, há aumentos tarifários já contratados pelos consumidores

regulados da indústria –previamente anuídos pela Aneel – como o pagamento da conta ACR, as bandeiras tarifárias e o repasse, até 2019, dos aportes do Tesouro Nacional e empréstimos bancários da ordem de R\$ 60 bilhões.

Atualmente, apenas as 15 mil indústrias têm acesso ao mercado livre, por força da regulação em vigor, sendo que o país possui cerca de 330 mil indústrias. Os consumidores que já migraram para o ACL respondem por 25% do consumo nacional e os que atualmente podem migrar para o mercado livre correspondem a 23% do consumo nacional.

De acordo com Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel, o mercado livre tem sido, ao longo dos anos, um importante fator de competitividade da indústria brasileira. “Há uma diferença acumulada no preço médio da energia nos últimos 11 anos de 17% em favor das empresas que usaram o direito de serem livres e exercer a chamada portabilidade da conta de luz”, informa. “Na última década, os consumidores do mercado livre no Brasil já economizaram cerca de R\$ 27 bilhões na conta de luz”, acrescenta.

Empresa brasileira desenvolve nova tecnologia em manutenção de celulares

Agora é possível trocar o vidro quebrado sem trocar o display, diminuindo, consideravelmente, o custo do conserto.

Hoje em dia o celular está cada vez mais necessário, de um pagamento de conta à comunicação com as pessoas, de meros conhecidos a membros de sua família, tudo se faz pelo celular. Ficar sem celular é ficar sem roupa, ou coisa parecida. Os smartphones são a garantia de contato com o mundo e com a tecnologia, que está, cada vez mais, ocupando lugar de destaque em nossas vidas.

A substituição do teclado físico pelo touch, que hoje faz parte do display, é uma realidade e a função do celular já não é mais a comunicação via oral, ligar pra alguém é sem dúvida a última das alternativas. Com tantos aplicativos de comunicação, grupos etc. a imagem de seu celular é imprescindível para qualquer ação. Mas ainda não inventaram antídoto para a fragilidade do vidro que cobre o display.

Quem nunca derrubou o celular e ficou com a comunicação interrompida por conta dos mil cacos do display espalhados pelo chão? Às vezes



até, com o comprometimento total da função do touch. Até agora, isto representava a substituição completa do frontal do aparelho, que é composto do display, do touch e do vidro, já que a separação destas peças era praticamente impossível. O display e o vidro são prensados na fábrica e, sua cola é tão densa e resistente que não permitia sua separação. Além de não serem vendidas separadamente, qualquer ação na tentativa de separá-los comprometia a integridade das peças. Isto representava um custo alto de reparo, já que a peça completa equivale, financeiramente, a quase cinquenta por cento do aparelho.

A boa notícia é que isto chegou ao fim, já se pode encontrar o vidro, vendido separadamente, a um custo muito menor que o flip completo, como era feito até então. E mais, graças a estudos realizados, e o desenvolvimento de tecnologias, hoje já existe um processo capaz de soltar o vidro do display sem danos de nenhuma das peças e possibilitando o aproveitamento de tudo. Este processo consiste em resfriar o flip a uma determinada temperatura, provocando o congelamento da cola, ela solidifica e, ao ser friccionada manualmente, o vidro quebrado é descolado da

peça que se mantém intacta.

Mas quando é que esta tecnologia vai chegar até nós, será que ela está do outro lado do mundo ou do oceano?

A resposta é não. A MIXCELL (empresa do grupo Winner Brasil), que é uma empresa comprometida com a logística reversa e nos últimos anos tem aproveitado muito do que se tornaria lixo eletrônico para abastecer o mercado de peças de celulares, já está fazendo isto funcionar aqui pertinho, na Rua dos Timbiras, 271, em sua nova sede.

Segundo o proprietário da empresa, hoje este serviço é uma exclusividade da MIXCELL, mas a ideia não é somente fazer a substituição em sua assistência técnica, nem vender as peças para o mercado, no futuro, vai fornecer para outras assistências e distribuidoras que quiserem adquirir o maquinário e os insumos para tal.

“Agora, quem tiver seu celular com a tela quebrada, não terá mais desculpa para andar com um quebra-cabeça de vidros. Por enquanto, somente a MIXCELL tem esta opção, mas em breve, você já poderá ir a uma assistência equipada com esta tecnologia e fazer a substituição de forma simples, rápida e por um custo bem mais acessível.” Complementa o empresário.

Novas regras do ICMS prejudicam o desenvolvimento econômico, diz camara-e.net

Entidade propõe mudanças na legislação em vigor desde o dia 1/01 visando à sobrevivência das pequenas e médias empresas do comércio eletrônico

A Câmara Brasileira de comércio Eletrônico (camara-e.net) é a favor da repartição da receita do ICMS entre os Estados com o objetivo de pôr fim à guerra fiscal, mas a regulamentação e a forma de operacionalização da proposta da Emenda Constitucional 87, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2016, prejudica profundamente o desenvolvimento econômico de um setor que vinha, até o momento, impulsionando a economia do país.

As novas regras sobrecarregam as empresas com obrigações acessórias complexas e onerosas - são 27 legislações tributárias distintas, mais guias de recolhimento e de escrituração fiscal para cada Estado - e estão forçando muitas empresas a deixar de atuar no segmento ou fechar canal de vendas para Estados com pouca representatividade no faturamento ou onde a alíquota de imposto encarece o produto final, contribuindo potencialmente para criar uma situação de retorno à informalidade. Não houve prazo razoável de adaptação das empresas para a implantação das novas

regras. E os contribuintes estão tendo dificuldade em emitir notas fiscais em diversas secretarias estaduais da fazenda porque estas não conseguem validar as regras em seus sistemas.

O consumidor acabará sendo prejudicado, uma vez que absorverá o aumento do custo do produto provocado pelo aumento conjugado de alíquotas e perda de benefícios fiscais, bem como recairá sobre ele parte dos custos relativos à nova burocracia fiscal, pois as empresas terão que repassar tais custos para o preço final do produto, o que impactará diretamente na inflação. O governo também perde. Como muitos lojistas vão encerrar suas operações ou operar na informalidade, haverá queda na arrecadação.

As pequenas e médias empresas de comércio eletrônico são as mais afetadas pelas novas regras. A camara-e.net considera fundamental a mudança dessa legislação, pois a maioria esmagadora das empresas de comércio eletrônico (mais de 70% são PMEs) não tem condição financeira para se adaptar a ela.

Uma das propostas da camara-e.net é que as regras não sejam aplicadas às empresas optantes do Simples Nacional, como prescreve a Lei Complementar 123 e assegura a Constituição, garantindo, assim a sua sobrevivência. A outra é reduzir a burocracia com a criação de um sistema único (via aplicativo ou através da criação de uma câmara de compensação) que receba o tributo do contribuinte e o repasse aos Estados.

A entidade ainda propõe que o Governo estude a suspensão da medida por no mínimo seis meses para dar às empresas tempo de adaptação tecnológica e operacional (a última norma técnica da emenda foi publicada em 30/12, dois dias antes de as regras entrarem em vigor).

Por fim, propõe a criação de um fórum permanente de trabalho entre entidades do setor e o Sebrae para chegar a um modelo regulatório que satisfaça tanto as empresas quanto o governo, visando a desburocratização, a simplificação e a eficiência do sistema tributário de recolha do ICMS.

a eletrônica em foco

FUNDADO EM 20-07-60

Um jornal mensal a serviço da Eletroeletrônica, Informática e Telecomunicação no Brasil.

Redação e Publicidade

R. Cel. Melo Oliveira, 605 - S. Paulo/SP - cep 05011-040 - Tel.: 3873-6403
e-mail - aeletronicaemfoco@gmail.com - site - www.aaeletronicaemfoco.com.br

Editor
Desdir Herivelto Amaral
celular - 97166-3344
Redação
João M. Gambi - MTb 7.000
Andréa A. Pastori

Consultor Jurídico
Dr. Neldir Amaral
Assinatura Anual
R\$ 35,00
Números Avulsos
R\$ 3,50

SEJA ASSINANTE

Basta preencher os dados abaixo, anexar cheque nominal ou comprovante do depósito bancário efetuado em nome de AMPLIE EDITORA S/C LTDA. no Banco Bradesco - Ag. 422-7 Conta Corrente nº 67.366-8 e enviar para: R. Cel. Melo Oliveira, 605 - cep 05011-040 - S. Paulo/SP.

Assinatura válida por 12 meses - R\$ 35,00

Nome

Empresa

Endereço

CEP Cidade Est.

Tel. Data/...../.....

E-mail

Seu exemplar será enviado via correio, para qualquer cidade do Brasil.